

NOTÍCIAS ZECA DIRCEU

AMAI lamenta declarações de secretário e cobra promessa do governador

22/02/2011

A Associação de Defesa dos Direitos dos Policiais Militares Ativo, Inativos e Pensionistas (AMAI) lamentou as declarações do secretário estadual da Fazenda, Luiz Carlos Hauly, informando em entrevista à rádio Band News de Curitiba, que o Governo do Estado não tem qualquer perspectiva de pagamento do aumento previsto pela PEC 64, aprovada pela Assembleia Legislativa.

A PEC do Subsídio, como chamam os policiais, prevê a remuneração dos policiais civis e militares do Paraná através de subsídio, com a incorporação das gratificações aos salários da categoria. O pagamento da mesma, lembra a AMAI, foi um compromisso de campanha assumido pelo governador Beto Richa (PSDB). A entidade lembra, em nota à imprensa, que os policiais esperam há 13 anos a aprovação da lei e o cumprimento do previsto na Constituição Federal. “O Governo Federal, de sua parte, está cumprindo o texto no que diz respeito ao Judiciário, Ministério Público, Procuradores, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal. O Governo do Estado do Paraná, já há 12 anos, atendeu a CF, em relação aos juízes e promotores. Mas, inexplicavelmente não o fez para as demais categorias de servidores relacionados no art. 37 da Constituição Federal”, diz o texto. “Assim, com sua omissão, vem promovendo a paulatina redução salarial desses servidores e, de forma mais grave, foram atingidos os militares. Um cálculo simples demonstra que em 30 anos (período necessário para a aposentadoria) o policial perde cerca de 50% de seu poder aquisitivo, com as correções abaixo da inflação, mudanças de índices e gratificações. Este vício foi parcialmente corrigido no ano último com a lei da reestruturação, que valorizou o soldo, mas promoveu desajustes entre os postos e graduações”, explica a associação. Para a entidade, a situação foi muito mal colocada pelo governo, na entrevista de Hauly, onde disse: “não tenho dinheiro, logo, não pago”. “Acreditamos que a melhor posição seria dizer: ‘O Estado deve, quero pagar. Vamos discutir como, quanto e de que modo’. Assim, se daria um passo para recuperar o tempo perdido nos governos anteriores e o senso de justiça estaria sendo premiado”, aponta a AMAI. A AMAI lembra ainda que o pagamento do subsídio foi uma promessa de campanha do governador Beto Richa, “muitas

vezes repetida, servindo como plataforma para ganhar os votos dos PMs e seus familiares”. E conclui que “a atual posição e discurso da administração, põe em risco a credibilidade do político e a estabilidade da estrutura Policial Militar. Vamos conversar com prudência e racionalidade”.